

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI / UFSJ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
GRAU ACADÊMICO BACHARELADO

A MOTIVAÇÃO MORAL NA METAÉTICA: O DESAFIO AMORALISTA

SÃO JOÃO DEL-REI
JULHO DE 2019

PEDRO RICARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

A MOTIVAÇÃO MORAL NA METAÉTICA: O DESAFIO AMORALISTA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Filosofia da UFSJ como pré-requisito para a obtenção do bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Rogério A. Picoli

SÃO JOÃO DEL-REI

JULHO DE 2019

RESUMO

Acerca do debate metaético sobre a conexão entre os julgamentos morais e a motivação moral, encontramos posições que visam oferecer uma resposta sobre o modo de funcionamento da moralidade. As posições internalistas e externalistas, e suas respectivas variações, têm o propósito de explicar, em alguma medida, como a moralidade e a racionalidade podem ou não implicar na motivação do agir moral. No centro de tal debate, encontramos a figura do amoralista, uma experiência de pensamento que visa questionar a concepção de que julgamentos morais necessariamente motivam; nesse contexto, o amoralista é o sujeito que compreende e raciocina moralmente e, no entanto, não se orienta por tais raciocínios, é alguém completamente indiferente a julgamentos morais. Este trabalho teve como objetivo descrever as posições de David O. Brink e Michael Smith, tidos como principais teóricos do internalismo e do externalismo, bem a descrição do chamado desafio amoralista e suas implicações para o debate entre essas duas posições. Para além dessa descrição, apresentaremos algumas variações e mudanças contemporâneas nas caracterizações do internalismo e do desafio amoralista. Nesse sentido, é possível observar que, apesar da variedade de conceitos, o debate metaético a respeito da motivação moral possui um corpo uniforme e em desenvolvimento, e os frutos de tal debate, como o desafio amoralista, podem ser colhidos por outras áreas da filosofia.

Palavras-chave: amoralismo; motivação moral; julgamentos morais; internalismo e externalismo

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.1 O debate em torno do tema do amoralismo na metaética..... | 6 |
| 1.2 As definições de Internalismo por David O. Brink | 7 |
| 1.3 As definições de Internalismo por Michael Smith | 8 |
| 1.4 A definição de Externalismo | 10 |
| 2 O DESAFIO AMORALISTA..... | 12 |
| 2.1 A defesa do desafio amoralista | 12 |
| 2.2 Resposta ao desafio amoralista: a analogia das cores. | 16 |
| 2.3 A revisão de Brink. | 19 |
| 3 O DEBATE CONTEMPORÂNEO | 21 |
| 3.1 Os usos do desafio amoralista | 22 |
| 3.2 O termo 'sinceridade' nas posições internalistas..... | 23 |
| 3.3 Variante amoralista: As sutis caracterizações..... | 26 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 30 |

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da motivação moral possui duas posições opostas que visam explicar a conexão entre julgamentos morais e a motivação para agir, a saber, o internalismo e o externalismo. Em linhas gerais, o internalismo pode ser definido como a posição que defende que julgamentos morais estão conectados com a motivação moral, trata-se, nesse sentido, de uma conexão interna, isto é, há uma conexão conceitual entre motivações e julgamentos (o sujeito por julgar que x é o correto, fará x). A posição externalista, por sua vez, afirma que caso um julgamento moral produza motivação moral, trata-se de uma relação contingencial, ou seja, que julgamentos morais podem gerar motivação moral, mas que a disposição da motivação depende de fatores psicológicos do sujeito, isto é, seus desejos e suas crenças.

Em meio a tal debate nasce o desafio amoralista, pode ser descrito como um ataque à posição internalista, uma vez que é uma de uma experiência de pensamento que busca demonstrar fraquezas na concepção de que julgamentos morais necessariamente geram motivação moral. O amoralista é, nesse sentido, alguém que permanece indiferente a juízos morais, ou seja, alguém que faz julgamentos morais e não os segue.

Descreveremos neste artigo a posição externalista e a defesa do desafio amoralista de David O. Brink (1989; 1997), assim como a posição internalista e o ataque ao desafio amoralista proposto por Michael Smith (1994).

Faremos uma descrição seguindo a ordem cronológica de publicação dos principais livros dos autores. No primeiro capítulo, descreveremos as posições estabelecidas no debate (internalismo e externalismo). Começaremos com as definições de internalismo tratadas por Brink no livro *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989). Em seguida, descreveremos as posições internalistas apresentadas por Smith em seu livro *The Moral Problem* (1996). Apresentar tais caracterizações do mesmo assunto é uma tarefa que visa demonstrar a pluralidade de conceitos no campo internalista. Além disso, ainda no primeiro capítulo, descreveremos o conceito de externalismo fornecido por Brink.

Posteriormente, no segundo capítulo, descreveremos a defesa de Brink em relação ao desafio amoralista e a função que tal desafio exerce dentro do debate.

Em seguida, apresentaremos a réplica internalista de Smith (1994) da analogia das cores. Encerraremos o capítulo com a tréplica de Brink contida em seu artigo intitulado *Moral Motivation* (1997).

O terceiro e último capítulo tratará da variedade de caracterizações da posição internalista e do próprio amoralista. Começaremos apresentando a aplicação do amoralista em debates que não o da motivação moral, demonstrando assim sua recorrência e importância em campos para além do debate que lhe deu origem. Em seguida, tendo em vista a pluralidade de posições internalistas no debate contemporâneo, descreveremos a introdução do termo 'sinceridade' e sua implicação em alguns textos. Por fim, descreveremos algumas caracterizações do amoralista com o intuito de esclarecer suas sutis diferenciações.

1.1 O debate em torno do tema do amoralismo na metaética.

Teorizações sobre sujeitos não-morais ocorreram ao longo da História da Filosofia: autores como Kant, Platão e Hume já lidavam com tal problemática, ainda que como um mero obstáculo para suas respectivas teorias morais e éticas. Entretanto, o debate sobre o amoralista começa a tomar forma no domínio ético e metaético, de fato, no século XX. Autores como Philippa Foot, David O. Brink, Michael Smith e Richard M. Hare discutiram sobre o problema do sujeito não-moral. Um debate acerca das motivações morais é criado e o fruto deste é uma reformulação do amoralismo.

Nossa descrição do debate será feita a partir de David Brink no livro *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989) e Michael Smith no livro *The Moral Problem* (1994), uma vez que esses são os autores mais citados no debate contemporâneo e, sem dúvida, possuem contribuições fundamentais para o próprio avanço da temática. Tanto Brink quanto Smith utilizam do vocabulário metaético (e.g. *moral realism, cognitivism, noncognitivism, expressivism, rationalism, etc.*) para designar posições e problemas morais, mas, curiosamente, o trabalho de escrutínio desses autores possibilitou uma cristalização das posições internalistas, externalistas e racionalistas de forma que o vocabulário metaético, citado acima, não é (ou raramente é) trazido à tona nos debates contemporâneos.

1.2 As definições de Internalismo por David O. Brink

No debate contemporâneo, apesar da cristalização das posições, ainda existe uma variedade grande de caracterizações das posições internalistas e externalistas. Muito se dá por um trabalho de melhoria conceitual e pelo próprio desenvolvimento do debate. No livro *Moral Realism and the Foundations of Ethics* (1989), David O. Brink busca fazer uma defesa da posição realista (*moral realism*) contra seus oponentes, e.g., o antirrealista não-cognitivista (*antirealist noncognitivism*). A posição defendida no livro que é do nosso interesse é a do realismo moral externalista (*externalist moral realism*) e é trabalhada em escrutínio no capítulo três, intitulado com tal nome. Logo na primeira seção, *Internalism and Externalism*¹, o autor já reconhece a multiplicidade de posições e diferenças conceituais dentro de posições internalistas. As posições descritas por Brink (1989) são:

- **Internalismo de motivações** (*Internalism about motives*): “[...] considerações morais motivam [o agente a agir]”.²
- **Internalismo de razões** (*Internalism about reasons*): “[...] considerações morais fornecem aos agentes razões para agir”.³

A primeira posição, em linhas gerais, é descrita apenas nos termos de motivação. Trata-se de uma “verdade conceitual”, pois o conceito de moralidade em questão pressupõe que as próprias considerações morais geram, necessariamente, motivações para ação. A segunda posição, por sua vez, é a que toma nome de *internalismo racionalista* (*rationalism*), e descreve o funcionamento da moralidade em termos de uma relação constitutiva, e também de “verdade conceitual”, entre considerações morais e razões para agir. Essas são as principais posições em torno das quais se dá o debate e comportam diferenciações conceituais (algumas das quais serão apresentadas no capítulo três).

Além de distinguir entre essas duas formas principais de internalismo, Brink distingue também outras posições correlatas; são elas:

- **Internalismo baseado no agente** (*Agent Internalism*): É em virtude do conceito de moralidade que *obrigações morais* motivam, ou provêm ações para o agente a fazer a coisa moral. É objetiva: no sentido que amarra

¹ BRINK, 1989, p. 37.

² BRINK, 1989, p. 40, tradução nossa.

³ BRINK, 1989, p. 40, tradução nossa.

motivações ou razões para agir com obrigações morais, independentemente do reconhecimento que alguém faça dessas obrigações.⁴

- **Internalismo baseado no avaliador** (*Appraiser Internalism*): É em virtude do conceito de moralidade que a *crença moral* ou o *juízo moral* provê o avaliador (*appraiser*) com as motivações ou razões para agir. É subjetiva: no sentido que amarra as motivações (ou razões para agir) com as crenças ou julgamentos do *avaliador*, independentemente de serem tais crenças ou julgamentos corretos ou justificáveis.⁵
- **Internalismo híbrido** (*Hybrid Internalism*): Alega que é uma verdade conceitual sobre a moralidade que o *reconhecimento de obrigações morais* motiva ou provê o agente (a pessoa que reconhece suas obrigações) com razões para agir.⁶

E além destas caracterizações, Brink apresenta outras duas variações, a saber: internalismo fraco (*Weak Internalism*) e internalismo forte (*Strong Internalism*). Tais definições servem para caracterizar todos os dois tipos de internalismo (sobre motivos e sobre razões). O internalismo forte pode ser descrito como a posição segundo a qual é uma verdade conceitual que considerações morais provêm o agente com motivos *suficientes* para agir; provêm o agente com uma razão conclusiva, ubíqua ou suficiente.⁷ Por sua vez, o internalismo fraco pode ser descrito como “verdade conceitual segundo a qual considerações morais provêm o agente com *alguma* motivação; provêm-no com alguma razão para agir.”⁸

1.3 As definições de Internalismo por Michael Smith

Michael Smith, no livro *The Moral Problem* (1994), desenvolve um racionalismo moral internalista que tem como base de funcionamento a tese de que “fatos morais são como fatos sobre as razões que nós compartilhamos”⁹. Ele busca, nesse sentido, defender que a moralidade, e assim os julgamentos morais, em sua constituição, possui uma relação internamente entrelaçada com a razão para agir.

⁴ Cf. BRINK, 1989, p. 40.

⁵ Cf. BRINK, 1989, p. 40-41.

⁶ Cf. BRINK, 1989, p. 40.

⁷ Cf. BRINK, 1989, p. 41.

⁸ BRINK, 1989, p. 41, tradução nossa.

⁹ Cf. SMITH, 1994, p. 14.

Para tanto, Smith busca livrar sua tese racionalista de eventuais (e efetivas) críticas, e é neste sentido em que encontramos no capítulo três do livro sua defesa contra o externalismo. No capítulo em questão, denominado *Externalist Challenge*¹⁰, o autor também concebe uma grande variedade de posições internalistas e as analisa. O faz, sobretudo, para desenvolver, aprimorar e defender a sua posição internalista. Ele caracteriza três tipos de internalismo; são eles:

- Conexão conceitual entre os conceitos de julgamento moral e de vontade; se um agente julga que é certo para ele fazer Φ em circunstâncias C, então ele estará motivado a Φ em C.¹¹

Mas, como até Smith¹² observa, formulações do tipo “forte” não admitem a possibilidade de existência de casos de fraqueza da vontade, uma vez que alguém que julga que é certo fazer Φ em circunstâncias C deveria necessariamente ser movido à Φ em C. Abandonando a visão mais forte de internalismo, o autor descreve uma segunda posição:

- Se um agente julga que ele está certo em Φ em circunstâncias C, ou ele é motivado a Φ em C ou ele é praticamente irracional.¹³

Em outras palavras, essa posição implica que, excetuando-se problemáticas como a da fraqueza da vontade, a conexão entre a motivação para agir e a ação dá-se em termos racionais. Esse tipo de internalismo, como já visto, está relacionado com a posição “racionalista”. Smith ainda observa a existência de um terceiro tipo de internalismo, trata-se de um internalismo que defende não propriamente uma conexão conceitual entre o julgamento moral e a motivação moral, mas sim uma conexão circunstancial entre o conteúdo do julgamento moral e a razão para agir¹⁴. Em sua forma de máxima:

- Se é certo para um agente fazer Φ em circunstância C, então existe uma razão para esse agente fazer Φ em C.¹⁵

¹⁰ SMITH, 1994, p. 60.

¹¹ SMITH, 1994, p. 61, tradução nossa.

¹² Cf. SMITH, 1994, p. 61.

¹³ SMITH, 1994, p. 61, tradução nossa.

¹⁴ Cf. SMITH, 1994, p. 61.

¹⁵ SMITH, 1994, p. 61, tradução nossa.

O terceiro tipo de internalismo descrito por Smith lança mão do conceito de fatos morais. Tal conceito é importante para o debate sobre motivações morais, uma vez que, se o fato moral motivador existe (i.e. se existe algo objetivo que é capaz de ser visto como motivador necessário para a própria existência da ação moral), então, sempre que alguém se deparar com tal fato, deverá, necessariamente, agir conforme a moralidade pede ou, como na posição internalista de Smith, será visto como irracional. A definição que Smith dá para o conceito de fatos morais é a seguinte: “[...] fatos morais são fatos sobre nossas razões para agir; eles são em si mesmo simplesmente requerimentos de racionalidade ou razão.”¹⁶

Em suma, temos quatro tipos de caracterizações internalistas que são tratadas recorrentemente nas investigações de ambos autores, sendo elas:

- Internalismo forte (de motivação): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, serei necessariamente motivado à Φ em circunstância X.
- Internalismo fraco (de motivação): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho *alguma* motivação para Φ em circunstância X.
- Internalismo forte (de razões): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho razões conclusivas para Φ em circunstância X, caso contrário sofro de irracionalidade.
- Internalismo fraco (de razões): Se julgo que Φ em circunstância X é certo, tenho *alguma* razão para Φ em circunstância X.

1.4 A definição de Externalismo

A posição externalista é desenvolvida para além das conexões conceituais necessárias e/ou *a priori* entre julgamentos morais e motivação para ação, no sentido de que se trata de uma conexão contingencial ou externa. Brink aponta que a sua posição, o externalismo, é uma espécie de antítese do internalismo, uma vez que a força motivacional da moralidade dependeria de fatores externos às considerações morais, e não internos, como internalistas defendem.¹⁷ Nesse sentido, para alguém ser um externalista, esse sujeito poderia fazer três alegações contra internalistas, sendo a primeira que “considerações morais apenas motivam

¹⁶ SMITH, 1994, p. 62, tradução nossa.

¹⁷ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

contingencialmente”¹⁸. A segunda negação é a de que o poder motivacional da moralidade pode apenas ser conhecidos *a posteriori*. A terceira e última afirma que a força motivacional da moralidade depende de outras coisas que não o conceito de moralidade, tais como teorias sobre ação (razões para agir) e sobre os interesses e desejos de agentes factuais.¹⁹

Brink descreve uma sutil distinção entre dois tipos de variações nas posições externalistas, tais como o externalismo de motivação e o externalismo racionalista²⁰. Connie S. Rosati, no texto *Moral Motivation* presente na enciclopédia de filosofia de Stanford, caracteriza, por exemplo, o externalismo de motivação da seguinte forma:

[...] qualquer ligação que exista entre o juízo moral e a motivação é puramente contingente, embora possa vir a basear-se em características profundas da natureza humana. A motivação moral ocorre quando um julgamento moral combina-se com um desejo, e o conteúdo do julgamento está relacionado ao conteúdo do desejo, de modo a racionalizar a ação. (ROSATI, 2016).

A definição da posição externalista pode, entretanto, ser mais branda e cristalizada na afirmação que ‘a conexão entre julgamento moral e motivação é contingente’, uma vez que se trata de uma antítese internalista. Brink, defendendo o externalismo, visa demonstrar que os tipos descritos por ele de internalismo (i.e. baseado no agente, no avaliador e o híbrido) não possuem argumentos plausíveis sobre o funcionamento da moralidade ou não lidam com o problema do amoralista de forma séria.²¹

O internalismo baseado no agente, nesse sentido, privaria as teorias morais da influência dos julgamentos (ou ações) por desejos dos agentes.²² Já o internalismo baseado no avaliador e o híbrido nos impedem de reconhecer o amoralista e, por conseguinte, de levar o desafio amoralista a sério²³. Esses dois últimos tipos de internalismo impossibilitam a concepção conceitual da existência do amoralista, uma vez que o funcionamento da moralidade requer a motivação moral, ou seja, o julgamento moral está atado, conceitualmente, à motivação ou prática do

¹⁸ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

¹⁹ Cf. BRINK, 1989, p. 42.

²⁰ Phillipa Foot, por exemplo, desenvolve uma posição externalista racionalista no texto *Morality as a System of Hypothetical Imperatives* (1972), que se difere de Brink. Sua posição é mais pretensiosa, no sentido que sua investigação visa demonstrar que a constituição da moralidade não está pressuposta em imperativos categóricos kantianos e procura, por exemplo, equivaler a moralidade com normas de etiqueta.

²¹ Cf. BRINK, 1989, p. 49.

²² Cf. BRINK, 1989, p. 49.

²³ Cf. BRINK, 1989, p. 49.

ato moral. O autor acredita que por tais empecilhos o externalismo seria preferível e afirma que:

O externalismo fornece uma abordagem da conexão entre moralidade e motivação mais plausível; ele faz com que a força motivacional das considerações morais seja uma questão de um fato psicológico contingente, dependente das crenças e desejos que o agente apresenta. **Primeiro**, por que [o externalismo] não faz da força motivacional das obrigações morais uma característica conceitual da moralidade, o externalismo não mantém o escopo e o rigor das obrigações morais reféns dos desejos reais das pessoas (como faz o internalismo de agente). **Segundo**, o externalismo também torna a força motivacional do julgamento moral e a crença moral uma questão de fatos psicológicos contingentes, dependentes de ambos: da visão moral das pessoas e de suas atitudes e desejos. (BRINK, 1989,p. 49, tradução e grifo nosso).

2 O DESAFIO AMORALISTA

A posição externalista, por ser a negação do internalismo, precisa de um argumento forte para lidar com a afirmação de que julgamentos morais motivam. Ao se ter em vista os tipos de caracterizações feitos por internalistas, percebemos que a tarefa precisa de uma resposta à altura. Nesse sentido, um externalista, como Brink, visa aprimorar e defender o desafio amoralista. Trata-se, portanto, de um desafio chave para o debate, uma vez que a própria defesa do internalismo, para ser feita de forma adequada e refinada, precisa responder à possibilidade de existência de um sujeito que se vê indiferente à moralidade. A indiferença à moralidade, ou seja, o amoralismo, serve como uma experiência de pensamento para demonstrar as fraquezas no argumento internalista e a força do argumento externalista. Descreveremos, de tal forma, as abordagens do desafio amoralista, sendo elas: a defesa do amoralismo por Brink; a réplica, e ataque, ao desafio amoralista feita por Smith; a tréplica e desenvolvimento do desafio feita por Brink.

2.1 A defesa do desafio amoralista

O caso do amoralista é uma experiência de pensamento que tem em seu cerne a pergunta “por que deveríamos agir moralmente?”. Trata-se de um desafio para o internalismo responder tal pergunta (e tal personagem), uma vez que a constituição do internalismo clássico, como já vimos, tem como pressuposto a conexão conceitual de moralidade e motivação (i.e. é uma característica da

moralidade que ao fazermos julgamentos morais, ou reconhecermos a validade de julgamentos morais, seremos motivados, em alguma medida, a agir). O debate em torno desta questão é justamente entre internalistas e externalistas; quem consegue lidar com o problema da motivação moral e responder a possibilidade de existência de um sujeito apático à moralidade.

Brink, sendo um externalista, faz uso do desafio amoralista para demonstrar a implausibilidade do argumento internalista ou, ao menos, para demonstrar que sua posição é preferível a de seus adversários. A afirmação dos internalistas que “todas as pessoas são motivadas moralmente”, ou seja, o internalismo forte, perde força, para Brink, por não aceitar casos que, apesar de raros, existem no mundo (e.g. sociopatas)²⁴. Define, portanto, que o amoralista é um cético (contra os pressupostos internalistas) da seguinte forma:

Muito do ceticismo moral é ceticismo sobre a objetividade da moralidade, isto é, ceticismo sobre fatos morais ou sobre a possibilidade do conhecimento moral. Mas existe outra tradição de ceticismo que aceita a existência de fatos morais, admite que temos conhecimento moral (*moral knowledge*), mas que se pergunta por quê deveríamos nos preocupar com estes fatos (morais). Chamemos tal forma de ceticismo de *ceticismo amoralista*. Os amoralistas são um modo tradicional de se representar essa segunda forma de ceticismo; **o amoralista é alguém que reconhece a existência de considerações morais, mas se mantém imóvel diante delas**. (BRINK, 1989, p. 46, tradução e grifo nosso).

O autor afirma que a constituição conceitual dos internalistas de tipo baseado no avaliador impossibilita a concepção de um sujeito que responda a formulação de um julgamento moral permanecendo imóvel. O internalismo baseado no avaliador por afirmar que “pessoas que se mantêm imóveis à considerações que são apenas *convencionalmente tratadas* como morais”²⁵, ou seja, nesse caso, é possível se manter imóvel à considerações morais alheias, mas impossível de se manter imóvel sob considerações morais genuínas do sujeito. O híbrido, por sua vez, “pode permitir a conceitabilidade do [...] amoralista, mas insistiria que o amoralista está necessariamente enganado em acreditar que a moralidade requer a ação para qual ele sinceramente professa sua indiferença”²⁶.

²⁴ Cf. BRINK, 1989, p. 46.

²⁵ Cf. BRINK, 1989, p. 46, tradução nossa.

²⁶ Cf. BRINK, 1989, p. 47, tradução nossa.

Brink parte para a análise de um argumento de Hare²⁷ que tem uso recorrente contra o amoralismo, trata-se do argumento *entre aspas*²⁸ (*inverted commas*):

A réplica internalista padrão é a de que nós podemos conceber o amoralista, mas isso só é possível porque nós confundimos os sentidos morais dos termos e os sentidos “*entre aspas*” desses mesmos termos. Nós usamos termos que têm um sentido moral (e.g. ‘bom’, ‘mau’, ‘certo’, ‘errado’) de forma não-moral, empregamo-los num sentido “*entre aspas*”, não para expressar nossas próprias visões morais, mas para transmitir a visão moral de outros com quem nós não concordamos. O internalista confia na possibilidade do uso da linguagem moral [no modo] “*entre aspas*” e responde que pessoas podem ser impassíveis sobre diante de considerações que são apenas *convencionalmente encaradas* como morais, mas insiste que um amoralista genuíno é inconcebível. (BRINK, 1989, p. 46, tradução nossa).

Em outras palavras, Brink está expressando que o argumento do *entre aspas*, comportado no caso do internalismo baseado no avaliador, não encara o problema do amoralista em sua plenitude. As caracterizações sobre o amoralista são que este sujeito tem domínio do uso da linguagem moral (i.e. sabe o significado dos termos morais e os emprega corretamente) mas permanece indiferente à considerações morais. Neste caso, se levarmos o argumento acima a cabo, a própria experiência de pensamento perde força, uma vez que sua construção conceitual não é levada em consideração na formulação de uma resposta. Falta ao internalismo, nesse sentido, tomar o desafio amoralista como um desafio sério. Brink afirma:

O problema do internalismo é que ele não leva o desafio amoralista suficientemente a sério. O ceticismo amoralista é uma forma de ceticismo filosófico familiar e popular. A reflexão sobre o caráter rigoroso de muitas exigências morais pode nos fazer considerar se temos, de fato, boas razões para sermos morais. Podemos até nos perguntar se temos boas razões para vir a ser amoralistas. Tudo isso parece implicar que o amoralista é uma figura inteligível. [...] É abertamente obscuro por que razão nós devemos admitir que a pessoa que professa sua indiferença, em relação àquilo que ela insiste considerar como exigência moral, está de maneira confusa usando a linguagem moral no modo “*entre aspas*” ou que ela está enganada sobre o que a moralidade demanda. (BRINK, p. 47-48. Tradução nossa).

Para demonstrar a coerência do próprio experimento de pensamento (e assim demonstrar, em tese, sua plausibilidade) Brink²⁹ analisa as caracterizações que um internalista poderia fazer sobre o amoralista, sendo elas:

²⁷ HARE, *The language of morals*, 1952.

²⁸ Faremos, daqui em diante, o uso da expressão “*entre aspas*” em itálico para evitar confusões linguísticas.

- Amoralista fraco (*Weak amoralist*): nega que agentes tenham razões suficientes para serem morais. [...] é *insuficientemente* motivado a fazer o que reconhece como moralmente demandado.³⁰
- Amoralista forte (*Strong amoralist*): nega que agentes tenham quaisquer razões para serem morais. [...] é *completamente indiferente* em relação ao que ele reconhece como moralmente demandado.³¹

O amoralista fraco, na visão de Brink, é, em alguma medida, compatível com o internalismo fraco, uma vez que o segundo admite que não há uma condição de suficiência motivacional nos julgamentos morais. O amoralista forte, por sua vez, é incompatível com qualquer tipo de internalismo, uma vez que vai contra a própria possibilidade de existência de motivações. Mas se trata de um defeito do internalismo de motivos a afirmação de que o amoralista é inconcebível, quando, para Brink, tal personagem, ainda que fictício, certamente é concebível.³²

Brink, portanto, assume que sua posição originária, o externalismo, é capaz de lidar com o sujeito amoral e o próprio desafio amoralista de forma séria. Isso se dá pela forma como o externalismo está conceitualizado. O externalismo, sendo esse o oposto do internalismo, é capaz de abrir espaço no debate para investigações sobre o amoralismo que podem até mesmo postular a existência do amoralista como um sujeito irracional, o autor afirma:

[...] o externalismo não tenta encontrar a força motivacional nas considerações morais em si, reconhece que nós podemos imaginar alguém que reconhece considerações morais e se mantém impassível diante delas. Mas o fato de o externalismo sobre motivações nos permitir conceber o amoralista não torna o desafio amoralista incontroverso. Não há nada em relação ao externalismo sobre motivações que nos impeça de mostrar que o amoralista é irracional por não se importar com considerações morais. Se o amoralista é irracional ou não isso é algo que depende da racionalidade das considerações morais, não na força motivacional delas. (BRINK, 1989, p.49-50, tradução nossa).

Smith, por sua vez, admite a possibilidade de casos fraqueza da vontade, tornando sua posição um internalismo fraco, como já vimos. O autor concorda com a

²⁹ Brink, no artigo *Moral Motivation* (1997), provê mais duas definições sobre o amoralista, são elas: o amoralista sem princípios (*unprincipled amoralist*) e o amoralista com princípios (*principled amoralist*). Essas definições serão analisadas na seção 2.2 em função do tipo de descrição cronológica aqui adotado.

³⁰ Cf. BRINK, 1989, p. 48, tradução nossa.

³¹ Cf. BRINK, 1989, p. 48, tradução nossa.

³² Cf. BRINK, 1989, p. 48-49.

afirmação de Brink que o desafio amoralista não é levado à sério com o argumento do *entre aspas* em sua formulação original³³. Acredita, entretanto, que tal argumento está na direção correta. A sua resposta para o desafio amoralista, nesse sentido, é um desenvolvimento do argumento do *entre aspas* em uma experiência de pensamento sobre as cores que visa demonstrar a impossibilidade de existência de um sujeito que faça julgamentos morais e permaneça indiferente em relação aos mesmos.

2.2 Resposta ao Desafio Amoralista: a analogia das cores.

Na seção 3.4 do *The Moral Problem*, intitulada de *Resposta à Reply to Brink's claim that amoralists really make moral judgments*³⁴, Smith afirma que “o melhor que podemos dizer sobre amoralistas é que eles tentam fazer julgamentos morais mas falham”³⁵. Essa afirmação é importante para a estrutura internalista que Smith busca desenvolver, uma vez que, neste caso, o amoralista seria um sujeito que possui uma limitação na capacidade de ser motivado. Trata-se de uma limitação motivacional pois esse sujeito falha em fazer julgamentos morais e por isso não é motivado a agir correspondentemente; se não falhasse seria motivado.

Smith, para desenvolver uma resposta contra as afirmações de Brink, apresenta a seguinte analogia com o debate acerca do domínio das cores:

Está claro, espero eu, que a estrutura deste debate sobre as condições para o domínio dos termos das cores é, em aspectos cruciais, idêntica à estrutura do debate no qual estamos envolvidos juntamente com Brink. Um dos lados diz que um sujeito tem domínio dos termos de cores (termos morais), e assim faz realmente julgamentos de cor (julgamentos morais), apenas se, sob certas condições, ter o estado psicológico que expressamos quando fazemos julgamentos de cor (julgamentos morais) implicar também ter uma experiência visual apropriada (motivação). O outro lado nega esta afirmação defendendo, ao invés disso, que a capacidade de usar um termo cujo emprego é explicado de forma confiável pelas propriedades relevantes dos objetos é suficiente para lhe atribuir o domínio dos termos de cores (termos morais), bem como, a capacidade de realmente fazer julgamentos sobre cores (julgamentos morais). Ter a experiência visual apropriada (motivação) em condições apropriadas é um extra inteiramente contingente e opcional. (SMITH, 1994, p. 69-70, tradução nossa).

³³ Cf. SMITH, 1994, p. 67-68.

³⁴ SMITH, 1994, p. 68.

³⁵ Cf. SMITH, p. 68, tradução nossa.

Essa é uma analogia interessante para o debate sobre a existência (ou não) do amoralista. Ao comparar o debate do domínio moral (entre internalistas e externalistas) com o do domínio das cores, Smith é capaz de estabelecer uma objeção ao desafio amoralista que o leva à sério e ainda fortalece o argumento do *entre aspas*. O autor diz:

Imagine alguém levantando a objeção de que aqueles que dizem que a capacidade de ter certas experiências visuais é parcialmente constitutiva do domínio dos termos das cores não levam suficientemente "a sério" o desafio colocado pelas pessoas que podem dizer, de forma confiável, "a grama é verde", "os carros de bombeiro são vermelhos", e assim por diante, sendo, contudo, completamente cegas. Suponha que o objetor insista que, dado que os cegos, desse modo, podem usar os termos das cores de forma confiável, disso se segue apenas que eles têm total domínio dos termos das cores. A objeção seria boa? Penso que não. Pois a objeção simplesmente assume a conclusão em favor da qual se deveria argumentar. Assume que as pessoas cegas têm domínio dos termos das cores; algo que aqueles que pensam que o domínio requer a capacidade de ter as experiências visuais apropriadas sob as condições apropriadas negam. (SMITH, 1994, p. 70, tradução nossa).

O argumento de Smith é forte e parece demonstrar uma falha no desafio amoralista. Trata-se de um argumento que, por analogia, transforma o amoralista em um "cego moral", ou seja, o transforma em alguém que nunca teve a experiência da moralidade (i.e. de ser movido por julgamentos morais a agir de forma *x* e não *y*) e não se poderia dizer, com efeito, que tais julgamentos morais, feitos pelo amoralista, sejam "reais". É capciosa a resposta de Smith, uma vez que é uma segunda via do argumento de *entre aspas*, já que, essencialmente, afirma que o uso da linguagem moral feito por amoralistas está relacionado não com o domínio dos termos, mas com o uso perante o "convencionalmente estabelecido". Smith ainda afirma que o desafio amoralista de Brink é imperfeito, já que Brink faz uma interpretação errônea de que a evidência do domínio dos termos morais é retirada por seu suposto uso confiável; Brink ainda assume (erroneamente) que o domínio dos termos morais não necessariamente cria uma conexão entre julgamentos e motivações³⁶.

A resposta de Brink sobre a analogia das cores é encontrada no artigo *Moral Motivation* (1997)³⁷, na seção VI. *Smith's Antiexternalism*, e é dividida em três argumentos. O primeiro argumento apresenta uma dúvida sobre a conexão entre a

³⁶ Cf. SMITH, 1994, p. 70.

³⁷ Este artigo traz consigo uma resposta não só à analogia, mas também um diálogo sobre as teorizações sobre motivação moral dispostas no livro de Smith (*The Moral Problem*, 1994). Discutiremos nesta seção apenas sua contra-resposta para a analogia das cores e, tendo em vista a riqueza investigativa comportada no texto, dedicaremos a próxima seção (2.2) a descrição do mesmo.

posse dos termos das cores e a experiência visual e a formulação de Smith que privilegia o argumento do *entre aspas*. Brink pensa no seguinte caso:

[Imaginemos que] eu seja cego, desde o nascimento, de modo que me faltam experiências visuais associadas a objetos coloridos. Mas eu posso ter aprendido, presumivelmente com pessoas com visão, um bocado sobre cores – por exemplo, sobre as relações entre as cores primárias e secundárias, sobre cores quentes e frias, sobre como as cores dos objetos sobrevivem às propriedades de refração da luz, e sobre as cores que os objetos no meu ambiente têm. Apesar de claramente não ter informações sensoriais sobre cores como as têm pessoas com visão, isso não me impede de empregar termos das cores de forma significativa; tal como quando eu peço ao meu filho (com visão) para organizar os objetos na mesa entre aqueles que são azuis e aqueles que não o são ou quando afirmo que minha maçã Gala é mais vermelha que sua maçã-verde (Granny Smith). (BRINK, 1997, p. 23-24, tradução nossa).

Brink ainda afirma que o uso de tais termos das cores pode denotar uma relação parasitária de tal sujeito para com a comunidade (intelectual e linguística) com visão com que ele se relaciona³⁸. Entretanto isso não implicaria que o uso de tais termos está sendo feito em *entre aspas*, mas que, de fato, quando o sujeito pede para o filho não é pedido para que haja um rearranjo de objetos que lhe garanta uma certa experiência visual e que sim, trata-se de um pedido para um rearranjo de objetos que são *de fato* azuis.³⁹

O segundo argumento de Brink, por sua vez, pensa no exemplo do cego não como cego de nascença, mas como alguém que desenvolveu cegueira com a velhice. Brink diz:

Parece difícil negar que a pessoa tem conceitos de cor ou insistir que ela é incapaz de expressar julgamentos de cor usando termos de cor, pois agora ela não tem experiência visual necessária se a cegueira é um desenvolvimento recente, como pode ser para uma pessoa idosa. (BRINK, 1997, p. 24, tradução nossa).

Nesse sentido, não há a necessidade (para o desafio amoralista) que o sujeito amoral tenha tal condição de forma congênita. Tornar-se amoral cria uma maior plausibilidade para o próprio desafio.

O terceiro argumento de Brink visa um contraexemplo com base no caso de daltônicos e é chamado de amoralismo seletivo (*selective amoralism*). O caso do daltonismo, ou de pessoas com algum tipo de cegueira, é interessante pois se a experiência deficiente é seletiva, então é mais difícil conceber que tal deficiência

³⁸ Cf. BRINK, 1997, p. 24.

³⁹ Cf. BRINK, 1997, p. 24.

seria um barreira de impedimento para se fazer julgamentos sobre cores⁴⁰. Brink afirma que:

Se há algo que me impede de ver a cor deste objeto, mas outros me asseguram que ele é azul e eu tive experiência visual de outras coisas azuis, então parece natural interpretar minha frase "Este objeto é azul" como uma expressão de um julgamento de cor da minha parte. A indiferença do amoralista pode ser igualmente seletiva. (BRINK, 1997, p. 25, tradução nossa).

O amoralista seletivo, então, poderia ser uma forma de demonstrar que Smith não provê uma resposta final à possibilidade do amoralista, já que o argumento ainda faz uma conexão entre termos das cores (julgamentos morais) e julgamento de cores (motivação moral). Brink não se limita apenas a responder a analogia das cores, vai além e questiona a sua própria função argumentativa:

Admitamos, pelo bem do argumento, que certos tipos de experiências visuais são, em parte, constitutivas da posse de conceitos de cor e da capacidade de fazer julgamentos de cor. **Como é que isto ajuda a mostrar que a motivação é em parte constitutiva da posse de conceitos morais e da capacidade de fazer julgamentos morais?** Experiência visual não é motivação. (BRINK, 1997, p. 25, tradução e grifo nosso).

A questão da conexão entre motivação moral e julgamentos morais, para Brink, ainda permanece aberta. De tal forma, o que para Smith seria um ponto negativo para o externalismo, não é, para Brink, um ponto positivo para o internalismo tampouco um ponto negativo para o externalismo: "isto não ajuda o internalismo nem fere o externalismo."⁴¹

2.3 A revisão de Brink.

Brink escreve um artigo-resposta⁴² em diálogo direto com o texto de Smith (*The Moral Problem*, 1994). Neste artigo Brink tece elogios à investigação de Smith, mas discorda de sua resposta para o problema da motivação moral. É neste cenário que Brink traz novas formulações do amoralismo e apresenta casos para defender tanto a experiência de pensamento, quanto sua posição externalista.

Brink aponta para casos reais de sujeitos que, assim como descritos por Smith, quando fazem julgamentos morais não são motivados a agir de tal forma.

⁴⁰ Cf. BRINK, 1997, p. 24-25.

⁴¹ BRINK, 1997, p. 26, tradução nossa.

⁴² Como já enunciado nas notas de rodapé 29 e 37.

Para além dos casos de fraqueza da vontade, também temos os casos de depressão, apatia, dano cerebral. Brink aceita que julgamentos morais possam motivar, mas sua posição é a de que não há uma conexão de necessidade entre a motivação e o julgamento: “as vezes é o caso que, apesar de eu julgar que X é melhor que Y, quando chega a hora de agir eu escolho Y.”⁴³

Esses casos de amoralismo são classificados por Brink como amoralistas sem princípios (*unprincipled amoralism*), sua definição é a seguinte:

- É sem princípios, não no sentido de que é aleatório ou que falta explicação psicológica, mas no sentido de que se deve à interferência psicológica no processo normal pelo qual os resultados da deliberação prática afetam o conjunto motivacional de um agente; a indiferença não reflete os princípios que o agente aceita.⁴⁴

Introduz também outro tipo de amoralismo, o *amoralista de princípios* (*principled amoralist*). Sobre esse tipo de amoralista, Brink diz que esse tipo de amoralista, um sujeito que é indiferente ao que julga ser moral, pode ser concebido a partir de uma concepção de moralidade e razão prática que impeça que requerimentos morais possuam autoridade racional.⁴⁵

Neste sentido, a diferença entre o amoralismo de princípios e o amoralismo sem princípios está na existência ou não de interferências psicológicas que afetam a capacidade do sujeito de ser motivado. É evidente que há um tipo de consenso em relação à existência do amoralista sem princípios, uma vez que evidências empíricas (Brink cita o caso de Phineas Gage⁴⁶) apontam para sua existência, e, nesse sentido, o tipo de amoralismo que pode ser compatível com um internalismo fraco é o *sem princípios*. O tipo de compatibilidade disposto é, aparentemente, por não considerar esse tipo de amoralismo como um ponto fora da curva argumentativa, uma vez que tais amoralistas não são motivados moralmente justamente por

⁴³ BRINK, 1997, p. 17, tradução nossa.

⁴⁴ BRINK, 1997, p. 18, tradução nossa.

⁴⁵ Cf. BRINK, 1997, p. 18.

⁴⁶O caso de Phineas Gage é um marco que possibilitou avanços no campo da neurologia. Gage teve uma barra de ferro enfiada em sua cabeça em um acidente de trabalho. Sobreviveu ao acidente e se recuperou fisicamente do mesmo (mantendo sua capacidade locomotora, de fala e cognitiva). Entretanto, houve uma mudança na personalidade de Gage, ele, antes educado e cordial, passou a agir de forma arrogante e mal educada. Sua personalidade mudou ao ponto de seus amigos dizerem que “Gage não foi mais Gage” depois do acidente. Cf. BRINK, 1997, p. 17.

sofrerem interferências psicológicas ou físicas, ou seja, não são sujeitos médios, mas exceções.

Brink também está envolvido, no artigo em questão, com uma discussão com o antirracionalista (*antirationalist*). Brink afirma que a posição antirracionalista vê a moralidade e a racionalidade como dois tipos diferentes e separados de pontos de vista⁴⁷. A posição do antirracionalista, em linhas gerais, pode ser descrita como um solapar da racionalidade, isto é, como uma visão que afirma que casos como o do amoralista não estão conectados com a irracionalidade.

Um ponto de discórdia entre Smith e Brink é o que requerimentos morais são predicados na hipótese da autoridade racional dos requerimentos morais e, para Brink, Smith trata dos pressupostos como verdades conceituais, e ele, Brink, como pressupostos derrotáveis que necessitam de uma defesa substantiva⁴⁸. Mas, o que é a autoridade racional? A autoridade racional é um constituinte da posição racionalista, já que, em linhas gerais, o racionalista defende a existência de uma conexão entre racionalidade e a moralidade.

O uso da análise da posição antirracionalista se torna justificado na medida em que Brink procura mostrar modos de ação que não são *pro tanto* irracionais para defender que a posição externalista é mais plausível⁴⁹. Brink, nesse sentido, supõe que a questão da autoridade racional é uma questão em aberto, o autor afirma:

Eu não vejo razões para negar a possibilidade do amoralista de princípios. Se a autoridade racional da moralidade é uma questão em aberto, então é possível fazer julgamentos morais sem ser motivado a agir. Se é o caso, então o amoralista (de princípios) é concebível, mesmo que sua indiferença possa ser demonstrada com base em concepções equivocadas de moralidade, racionalidade ou outras questões auxiliares. (BRINK, 1997, p. 21, tradução nossa).

Brink desenvolve uma complexa investigação que visa expandir o debate entre internalistas e externalistas introduzindo um tipo diferente de amoralista que serve como um contraexemplo à posição internalista e, novamente, mostrar que a posição externalista é preferível.

3. O DEBATE CONTEMPORÂNEO

⁴⁷ Cf. BRINK, 1997, p. 32.

⁴⁸ Cf. BRINK, 1997, p.30.

⁴⁹ Cf. BRINK, 1997, p.21.

As contribuições que Brink e Smith fazem para o debate acerca do desafio amoralista possibilitam a existência de uma base conceitual. Tal base serve como um fundamento investigativo e ponto inicial para a criação de variações sobre o tema da motivação moral. É nesse contexto, o de refinamento conceitual e desenvolvimento do debate, que encontramos novas aplicações para o desafio amoralista e diferentes respostas para o problema da motivação moral. O desafio amoralista se mostra mais relevante, toma lugar central nas discussões sobre a motivação moral. Para além do campo metaético da motivação moral, os avanços em debates contemporâneos possibilitam encontrar o desafio amoralista transpassando diversos temas e áreas (tais como o campo estético, a ética do humor e a filosofia da amizade). Nesse contexto, descreveremos algumas variações conceituais do internalismo e do próprio amoralista.

3.1 Os usos do desafio amoralista

O desafio amoralista pode ser encontrado não só na área de motivação moral, mas também no debate acerca da ética do humor, com autores⁵⁰ tendo presente em seus textos o uso das categoria “não-moral” assim como a própria do amoralista servir como experiência de pensamento e argumentação visando defender suas respectivas posições (e.g. o amoralista, a defesa de uma posição que piadas não devem sofrer de julgamentos morais; o imoralista, uma posição que defende que a comicidade de uma piada é ampliada conforme há imoralidade nela; o eticista, que defende que piadas imorais não são engraçadas). Algumas discussões a respeito da ética do humor, como a de Sharadin (2017), tomam o amoralismo como um obstáculo de fácil superação. Outras, tomam o amoralista, ou o humor amoral, como um meio termo entre posições opostas, como é o caso de Donolly (2005).

Para além da ética do humor, encontramos o amoralista presente em discussões a respeito da estética (e do julgamento estético), Alex King⁵¹, por exemplo, faz uso do debate acerca da motivação moral para desenvolver sua

⁵⁰ CARROL, *Ethics and Comic Amusement*, 2014. SHARADIN, *Defense of Comic Pluralism*, 2017. CONOLLY;HAYDAR, *The Good, the Bad and the Funny*, 2005. PERCIVAL, *Comic Normativity and the Ethics of Humour*, 2005.

⁵¹ KING, *The amoralist and the Anaesthetic*, 2018.

própria concepção do externalismo estético (*aesthetic externalism*). Nesse sentido, o amoralismo pode servir ao campo estético como experiência de pensamento que questiona a necessidade de julgamentos morais.

O amoralismo ainda aparece em discussões sobre a filosofia da amizade, Joseph Raz (1999), por exemplo, argumenta contra a possibilidade de existência do amoralista e afirma que para ser amigo de alguém, é preciso ser moral (ou ter moralidade) e assim, o amoralista seria alguém com uma vida limitada.

Em suma, o debate acerca do amoralismo possui, antes de mais nada, um caráter interdisciplinar que possibilita contribuições para diversas áreas da filosofia. Descreveremos, entretanto, no prosseguir deste capítulo, as influências de Smith e Brink no debate contemporâneo metaético acerca da motivação moral e posições derivadas do embate entre internalismo e externalismo.

Brink e Smith já apontavam para a pluralidade de posições internalistas. Já vimos, por exemplo, que no debate entre os dois autores existem, pelo menos, quatro tipos de internalismo. Discussões contemporâneas não são diferentes, em tal tocante, uma vez que existem variações nas caracterizações do internalismo e do próprio desafio amoralista. Existem, por exemplo, termos em artigos internalistas recentes que aparecem com certa frequência, tais como 'julgamento genuíno' e 'julgamento sincero'. Descreveremos, então, algumas caracterizações que utilizam o segundo termo na próxima seção, uma vez que sua recorrência demonstra um refinamento na caracterização da posição internalista e em sua forma argumentativa, já que agora não trata da existência do amoralista como uma impossibilidade, mas como um erro na forma de fazer o julgamento moral.

3.2 O termo 'sinceridade' nas posições internalistas.

Uma variação da posição internalista que aparece com certa frequência em artigos do debate é a introdução do advérbio "sinceramente" ao tipo de julgamento moral em questão. O propósito do uso desse termo é o de tornar a posição internalista (seja de motivação ou de razão) mais robusta. O termo serve, em alguma medida, para mostrar que caso exista um amoralista (ou alguém que não seja motivado por seus julgamentos morais), essa pessoa pode não estar fazendo julgamentos sinceros.

Mark van Roojen, no artigo *Moral Rationalism and Rational Amoralism* (2010), visa defender um internalismo racionalista moderado e, em sua primeira caracterização de um sujeito amoralista, já utiliza o termo ‘sinceramente’:

[...] uma pessoa normal que expresse sinceramente um julgamento de que uma ação é moralmente correta e ainda sim permaneça imóvel [...] essa pessoa é anormal de alguma forma e pessoas que se relacionam com ela, que também são normais, seriam movidas a agir por tal julgamento. (ROOJEN, 2010, p.499, tradução nossa).

O termo reaparece em seu artigo, uma vez que serve como uma variação de conduta que possibilita o questionamento da existência do amoralista. Roojen (2010), entende que se uma pessoa afirma que é certo pedir desculpas e ainda assim não é movida a se desculpar, poderíamos certamente questionar sua sinceridade e/ou racionalidade⁵².

O artigo de Danielle Bromwich, intitulado *Motivational Internalism and the Challenge of Amoralism* (2013), traz uma série de experiências de pensamentos de supostos amoralistas que, na visão da autora, são importantes para estabelecer o campo de funcionamento do internalismo. O uso do termo sinceridade, por sua vez, não possui carga teórica para além de seu uso coloquial. A definição de internalismo motivacional proposta é:

- Se eu julgo sinceramente que ‘Eu tenho dever moral para Φ ’ então eu serei motivado à Φ .⁵³

Se por um lado o uso do termo ‘sinceramente’ pode ser feito em correspondência a um lugar comum no debate, por outro lado, existem autores que se dedicam ao escrutínio do termo para defender suas posições.

Voin Milevski, no artigo *The Challenge of Amoralism* (2018), apresenta duas posições internalistas que fazem o uso do termo ‘sinceramente’. O autor caracteriza o *internalismo motivacional incondicional (unconditional motivational internalism)* da seguinte forma:

- Se um agente sinceramente julga que Φ em circunstâncias C é a melhor opção disponível para ela, então, por uma questão conceitual ou necessidade *a priori*, ela será motivada a Φ em C.⁵⁴

⁵² Cf. ROOJEN, 2010, p. 516.

⁵³ BROMWICH, 2016, p. 452, tradução nossa.

A segunda posição é a do tipo racionalista, e o autor a caracteriza da seguinte forma:

- Se um agente julga sinceramente que Φ em circunstâncias C é a melhor opção disponível para ela, então, barrando irracionalidade, esse agente será motivado, ao menos minimamente, para Φ em C.⁵⁵

Milevski assume que, por questão de uma dificuldade em caracterizar o que seja a irracionalidade prática, autores da versão racionalista do internalismo motivacional, perdem uma aceitação mais ampla⁵⁶. Nesse sentido, sua visão, a do internalismo motivacional incondicional é preferível. O uso do termo ‘sinceramente’ (ou ‘sinceridade’), no caso de Milevski, é mais frequente e desempenha um papel fundamental em sua argumentação. O autor dedica uma seção à discussão sobre a sinceridade e o assentimento mental. Para Milevski, o assentimento moral é uma espécie de aceitação de uma proposição feita por deliberação consciente do agente. O assentimento linguístico, por sua vez, pode ser sincero ou insincero, entretanto, o assentimento moral não pode. O assentimento moral, nesse sentido, não pode ser feito de forma hesitosa, tampouco de brincadeira, uma vez que conscientemente o agente não está aceitando o que está estabelecido na proposição⁵⁷.

Em linhas gerais, a tarefa argumentativa que Milevski assume é a de demonstrar que existe uma inconsistência epistemológica em fazer uma afirmação moral e não assentir a ela, ou seja, tenta demonstrar uma impossibilidade de existência de um caso genuíno de amoralismo.

Os três autores, apesar de metodologias argumentativas diferentes, fazem o uso da “sinceridade” como um parâmetro para resolver, posteriormente, o desafio amoralista. Aqui fica evidente a importância da distinção entre o *amoralista sem princípios* e o *amoralista com princípios* de Brink, uma vez que, por via de regra, o que é atacado é o segundo. Esse tipo de estratégia argumentativa visa, antes de tudo, estabelecer conceitualmente um tipo de barreira para a existência do *amoralista com princípios*. Não se trata, entretanto, de uma estratégia nova no debate, uma vez que seu modo de funcionamento repousa no retorno para a própria constituição da posição internalista para responder ao desafio amoralista (em uma

⁵⁴ MILEVSKI, 2018, p. 253, tradução nossa.

⁵⁵ MILEVSKI, 2018, p. 254, tradução nossa.

⁵⁶ Cf. MILEVSKI, 2018, p. 254.

⁵⁷ Cf. MILEVSKI, 2018, p. 256.

forma menos elegante: se o sujeito não é motivado logo não fez julgamentos morais).

3.3 Variante amoralista: As sutis caracterizações.

Se a posição internalista já sofre com a pluralidade de caracterizações, o amoralista não fica para trás. As diferenças em suas caracterizações, entretanto, são mais sutis e em geral servem à tarefa investigativa (seja favorável ou contrária) que o autor se propõe. Nossa tarefa aqui é a de descrever sucintamente algumas caracterizações recorrentes no debate.

No artigo *The possibility of Amoralism: A defence against internalism* (2003), Brook J. Sadler nos apresenta a seguinte definição de amoralismo que tem seu fundamento em um ceticismo sobre a autoridade da moralidade:

- O amoralista, é concebido como alguém que entende os termos morais e não é motivado por eles [...]. Um amoralista pergunta se fazer Φ é o que ele prefere ou escolhe; ele não é convencido que fazer Φ é justificável porque ele não é convencido que obrigações morais são justificáveis.⁵⁸

O autor entende que o amoralista representa uma espécie de dúvida para com os julgamentos morais e a força imperativa moral. Para Sadler, a força de julgamento moral e a motivação deste não estão conectados com a pura existência do julgamento moral, assim, o problema da motivação moral repousa “em fatores sobre o modo de vida do agente, tais como a força aplicada do comprometimento moral em sua vida ou o quão autoritário tal comprometimento é para ele.”⁵⁹

Sadler, em linhas gerais, procura desenvolver também um argumento que demonstra que o amoralismo, enquanto modo de funcionamento para se questionar a moralidade, está presente em nossa vida cotidiana, o autor afirma:

[...] sob algumas descrições, psicopatas e amoralistas são pessoas que uma completa dissociação entre julgamentos morais e motivação são possíveis. De qualquer modo, esse tipo de dissociação pode ser alcançado comparativamente de forma comum por agentes comuns: nós frequentemente adotamos um tipo de postura intelectual ou distância dos nossos julgamentos morais, dos quais consideramos que como seria não

⁵⁸ SADLER, 2003, p. 66-67, tradução nossa.

⁵⁹ Cf. SADLER, 2003, p. 75.

ser movido por este ou aquele julgamento. (SADLER, 2003, p. 78, tradução nossa).

Andrei G. Zavalij, no artigo *On Rational Amoralists* (2012), apresenta, na primeira página, uma caracterização diferente:

- Um amoralista carece de moralidade não no sentido de que sua moralidade é diferente da moralidade da sociedade em que ele vive, mas no sentido que quaisquer princípios de guia de ação que ele tenha adotado, eles não constituem um sistema de princípios morais.⁶⁰

Sua intenção no artigo é investigar a possibilidade de irracionalidade autoanulante (*self-defeating irrationality*), ou seja, de agir conscientemente contra seus próprios objetivos⁶¹, e também se o amoralista exibe irracionalidade por ignorância. O faz para estabelecer um internalismo racionalista (tornando amoralistas irracionais) e, tentando prover uma resposta à pergunta⁶² “por que ser moral?”⁶³.

Matthew S. Bedke, no artigo *Moral judgment purposivism: saving internalism from amoralism* (2008), faz um trabalho de investigação que se destaca do debate firmado entre internalistas e externalistas. Sua definição do amoralista é:

- Uma agente A pode tecer julgamentos morais genuínos que nunca tenham força motivacional sobre A.⁶⁴

Com o uso emprestado da expressão biológica ‘*purpose*’ (propósito ou função)⁶⁵, o autor é capaz de desenvolver uma análise e uma descrição mais ampla do desafio amoral, i.e., analisa não só o amoralista individual como também uma comunidade de amoralistas. Cria, para tal propósito, a Vila amoral (*amoralville*), uma de suas muitas experiências de pensamento contidas no texto.

Em suma, as diversas caracterizações do desafio amoralista, assim como do próprio internalismo, não criam empecilhos para o avanço do debate. A falta de cristalização das posições em suas máximas permite, em alguma medida, que o próprio debate tome fôlego com novas evidências psicológicas e biológico-evolucionistas. O rearranjo conceitual não gera uma inconsistência, já que, como

⁶⁰ ZAVALIJ, 2012, p. 365, tradução nossa.

⁶¹ Cf. ZAVALIJ, 2012, p. 367.

⁶² A pergunta “por que ser moral?” e sua relação com o amoralismo pode ser encontrada em esboço, também, no livro *Moral – Uma introdução à ética* (2005) de Bernard Williams.

⁶³ Cf. ZAVALIJ, 2012, p. 379.

⁶⁴ Cf. BEDKE, 2009, p. 192, tradução nossa.

⁶⁵ Cf. BEDKE, 2009, p. 196.

vimos, algumas variações conceituais (como o uso do termo ‘sinceramente’, no caso internalista) ainda se prestam fiéis ao debate e atendem a um avanço mais robusto do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A posição internalista procura responder ao problema da motivação moral com uma conexão interna entre julgamentos morais e motivação, ou seja, a posição afirma que na constituição do julgamento moral há uma relação *a priori* ou conceitual com a motivação. Trata-se de uma afirmação forte sobre o funcionamento da moralidade. Descrevemos aqui a posição de Michael Smith, uma vez que, por via de regra, a influência deste autor ecoa no debate e seu texto se encontra no centro das citações em artigos e trabalhos contemporâneos. Smith fora escolhido justamente por seu papel desempenhado no fortalecimento o debate acerca da motivação moral. O diálogo direto que Smith faz com os dois, até então, principais expoentes do externalismo (David O. Brink e Phillipa Foot) possibilitou uma revisão de posicionamentos e contribuiu positivamente para o desenvolvimento do debate em si.

O externalismo, por sua vez, concebido como posição de negação da tese internalista, procura prover respostas para o problema da motivação moral sem apelar para conexões conceituais ou *a priori*, mas sim para uma relação entre o julgamento moral e a motivação que seja contingencial. David O. Brink desempenhou papel fundamental para o avanço da temática do externalismo. Sua influência, assim como a de Smith, ecoa no debate atual e também é fonte de referencial teórico. Brink, é ainda mais importante para nós uma vez que defendeu o desafio amoralista ainda que teóricos com quem dialogava não levassem tal desafio à sério.

No centro de tal debate metaético encontramos o desafio amoralista. Tal desafio se presta ao serviço argumentativo como experiência de pensamento com o intuito de descreditar a posição internalista de uma resposta final. Com o avanço de áreas como a neurologia, mais detidamente com o estudo do caso de Phineas Gage, o desafio amoralista ganha força, uma vez que deixa de ser apenas uma

experiência de pensamento meramente especulativa e toma, em seu arcabouço teórico, parâmetros mais concretos.

O amoralismo ganha fôlego e atualmente é utilizado como experiência de pensamento em áreas como a estética, a filosofia da amizade e a ética do humor. Campos renomados e/ou em desenvolvimento se beneficiam, em alguma medida, das contribuições que Brink e Smith fizeram para o debate acerca da motivação moral. E, apesar de uma pluralidade de conceitualizações, o problema amoralista parece mais atual, já que, por exemplo, discussões sobre os limites do humor estão presentes em debates públicos e acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATAR, David. **Levar (a ética de) o humor a sério, mas não demasiado**. Trad. Hélio S.C. Disponível em: <<https://criticanarede.com/humor.html>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRINK, David O. **Moral realism and the foundation of ethics**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989.

BRINK, David O. Moral Motivation. *In: Ethics*. v. 108, n.1. 1997. p. 4-32.

BJÖRNSSON, Gunnar; OLINDER, Ragnar. Internalists Beware – We might all be amoralists! *In: Australasian Journal of Philosophy*. v. 91, n. 1. 2013. p. 1-14.

BROMWICH, Danielle. Motivational Internalism and the Challenge of Amoralism. *In: European Journal of Philosophy*. v. 24, n. 2. 2016. p. 452-471.

BEDKE, Matthew S. Moral judgment purposivism: saving internalism from amoralism. *In: Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*. v. 144, n. 2. 2008. p. 189-209.

CARROL, Noël. Ethics and Comic Amusement. *In: British Journal of Aesthetics*. v. 54, n. 2. 2014. p. 241-253.

CONOLLY, Oliver; HAYDAR, Bashshar. The Good, the Bad and the Funny. *In: The Monist*. v. 88, n. 1. 2005. p. 121-134.

COWIE, Christopher. Revisionist Responses to the Amoralism Objection: A Reply to Julia Markovits. *In: Ethic Theory and Moral Practice*. v. 19, n. 3. p. 711-723.

EDWARD, Terence R. Joseph Raz on the Problem of the Amoralist. *In: Abstracta*. v. 7, n. 1. 2013. p. 85-93.

FOOT, Philippa. Morality as a system of hypothetical imperatives. *In: Philosophical Review*. v. 81, n. 3. 1972. p. 305-316.

KING, Alex. The amoralist and the Anaesthetic. *In: Pacific Philosophical Quarterly*. v. 99, n. 4. 2018. p. 632-663.

MILEVSKI, Voin. The Challenge of Amoralism. *In: Ratio*. 2018. v. 31, n. 2. p. 252-266.

PERCIVAL, Philip. Comic Normativity and the Ethics of Humour. *In: The Monist*. v. 88, n. 1. 2005.p. 93-120.

RAZ, Joseph. **Engaging Reason: On the Theory of Value and Action**. Oxford: Oxford University Press.1999.

van ROOJEN, Mark. Moral Rationalism and Rational Amoralism. *In: Ethics*.v. 120, n. 3. 2010. p. 495-525.

RIDGE, Michael. Internalists Relax: We Can't All Be Amoralists! *In: Philosophia*. v. 47, n. 3. 2018. p. 845-850.

ROSATI, Connie S., Moral Motivation, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/moral-motivation/>>.Acesso em: 15 jun 2019.

SADLER, Brook J. The possibility of Amoralism: A defence against internalism. *In: Philosophy*. v. 78, n.1. 2003. p. 63-78.

SANDØE, Peter. Amoralism: on the Limits of Moral Thinking. *In: Theoria*. v. 55, n. 3. 1989. p. 191-204.

SHARADIN, Nathaniel. In Defense of Comic Pluralism. *In: Ethic Theory Moral Practice*. v. 20, n. 2. 2017. p. 375-392.

SMITH, Michael. **The Moral Problem**. Oxford: Blackwell. 1994.

TILLEY, John J. Is “why be moral?” a pseudo-question?: Hopper and Thornton on the amoralist’s challenge. *In: Pacific Philosophical Quarterly*. v. 87, n. 4. 2006. p. 549-566.

WILLIAMS, Bernard. **Moral - Uma introdução à ética**. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WHISTON, Amna. **Rationality and Intentional amoralism**. Disponível em <https://www.academia.edu/9605996/Rationality_and_Intentional_Amoralism>. Acesso em: 15 abr 2019.

ZAVALIY, Andrei G. On Rational Amoralists. *In: Journal for the Theory of Social Behaviour*. v. 42, n. 4. 2012. p. 365-384.